

Brasília, 22 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Folha do Amapá - Online

Segunda-feira, 20 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Vale do Ribeira conquista indicação geográfica de banana e se consolida como potê... .. 3

Migalhas

Segunda-feira, 20 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.332 5

MSN Notícias

Segunda-feira, 20 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Em visita a fábrica de cloro em SP, Alckmin destaca investimentos para modernizar... .. 9

Folha.com

Segunda-feira, 20 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Justiça nega liminar em disputa pela marca do jogo Aviator 10

Consultor Jurídico

Segunda-feira, 20 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Números revelam caminhos do registro de marca no INPI 11

Vale do Ribeira conquista indicação geográfica de banana e se consolida como potência nacional da fruta



Com incentivo e ações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, SP conquista a 14ª indicação geográfica

A região do Vale do Ribeira conquistou a Indicação Geográfica (IG) da banana Cavendish e Prata, reconhecimento que impulsiona o setor produtivo da fruta e consolida a região como um dos grandes polos produtivos do Brasil.

A banana é uma das frutas mais consumidas no mundo e está presente em todo o Brasil. Em São Paulo, o cultivo começou no litoral e, a partir da década de 1930, avançou para o Vale do Ribeira. A região ganhou espaço por ter solos mais adequados e menos sujeitos a inundações.

Emitido pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, que reconhece produtos ou serviços com origem geográfica específica com qualidades, tradição ou reputação únicas devido ao local de produção, a Indicação Geográfica é a 14ª conquistada pelo estado de São Paulo.

A iniciativa contou com grande apoio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Para solicitar uma IG ao **INPI**, a entidade precisa comprovar a notoriedade do produto; em São Paulo, a Secretaria de Agricultura emite o Instrumento Oficial de Delimitação de Área Geográfica (IOD), enquanto a CATI recebe, protocola e encaminha a documentação para análise de uma comissão técnica que avalia o pedido. Com o registro, o nome "Vale do

Ribeira-SP" fica protegido e passa a identificar oficialmente a origem das bananas produzidas na região.

No processo de solicitação da IG da Banana, a CATI Regional de Registro desempenhou um papel ativo na articulação institucional, participando de diversas reuniões estratégicas com a Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira (ABAVAR) e parceiros como o IFSP e o Sebrae. Esses encontros foram cruciais para definir tecnicamente o recorte territorial da IG e para a construção coletiva do Caderno de Especificações Técnicas (CET), garantindo que as normas de produção refletissem a realidade local.

: Primeiro clone suíno da América Latina nasce em unidade da Secretaria de Agricultura de SP

"Essa IG representa um novo horizonte para o bananicultor, protegendo a origem das variedades Cavendish (Nanica) e Prata e gerando novas oportunidades de mercado que valorizam o trabalho no campo. Mais do que um selo técnico, é uma ferramenta de desenvolvimento regional que combate a desvalorização do produto e promove a justiça social para quem vive da terra. Para nós, da CATI, é uma honra ver que a dedicação dos produtores e suas organizações agora possui um diferencial competitivo que assegura a sustentabilidade das comunidades rurais e o orgulho de pertencer ao maior polo produtor de banana do Estado", disse Tais Canola, chefe de Divisão da CATI Regional de Registro.

Augusto Aranha, presidente da ABAVAR, também celebrou a conquista da Indicação Geográfica da Banana do Vale do Ribeira, destacando que o selo impulsiona cada vez mais a agricultura da região, principalmente a familiar.

"Mais do que um selo, esta é uma conquista da dedicação do nosso setor produtivo. Ele reafirma o compromisso do Vale com uma agricultura moderna, que respeita o meio ambiente e fortalece a agricultura familiar. Esse selo sintetiza tudo o que acreditamos e praticamos no campo", ressaltou.

Na delimitação geográfica da IG da Banana do Vale do Ribeira, farão parte 13 municípios: Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Itariri, Iporanga, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras.

A Indicação Geográfica reforça a força do Vale do Ribeira na produção não apenas estadual, mas naci-

onal da banana. Segundo dados do IBGE e do Projeto LUPA, a região corresponde a 7,07% de toda a área nacional destinada à bananicultura.

e faça parte do nosso grupo no WhatsApp

MIGALHAS nº 6.332

Segunda-Feira, 20 de abril de 2026 - Migalhas nº 6.332.

Fechamento às 12h51.

"Confusos estão os rumos. Na neblina as luzes são silêncios."

Paulo Bomfim

Prerrogativas tensionadas

Na última semana, o município de Cocalzinho de Goiás/GO foi palco de um episódio que tensionou as relações entre a advocacia e a Polícia Civil. A advogada Áricka Cunha foi detida em seu próprio escritório após publicar, em redes sociais, críticas contundentes à atuação de um delegado local, que havia arquivado uma ocorrência registrada por ela. Ao ser conduzida, a causídica manteve sua postura de resistência: "Não me calarei", declarou. ()

A outra versão do conflito

O delegado Christian Zilmon Mata dos Santos, responsável pela diligência contra a advogada Áricka Cunha, sustentou que a medida restritiva de liberdade não foi motivada pela simples crítica. ()

Impedimento cautelar

No fim de semana, o caso Cocalzinho de Goiás ganhou novos contornos quando o delegado sinalizou a possibilidade de efetuar uma nova prisão em flagrante. Ele argumentou que o compartilhamento de novos conteúdos ofensivos e mensagens de incitação por parte da advogada configuraria reiteração criminosa. Diante da iminência de um novo ato de força, a OAB agiu, garantindo uma medida liminar que impede o delegado de atuar em qualquer procedimento no qual figure como parte interessada em face de Áricka Cunha. ()

Editorial

Há momentos em que o Direito parece esquecer o próprio tom de voz. Quando prerrogativas viram motivo de disputa de força e a autoridade responde ao dissenso com elevação de temperatura, algo essencial se perde: a medida. Nem a crítica pode ser tratada como delito por reflexo, nem a reação insti-

tucional pode flertar com o personalismo. O Estado não é palco para suscetibilidades, e o exercício da advocacia não pode ser comprimido ao sabor de irritações episódicas. O caso recente revela menos

um conflito pontual e mais um vício recorrente: a dificuldade de conviver com o contraditório sem transformar divergência em enfrentamento. No fim, todos falam mais alto, mas dizem menos. Talvez fosse o caso de um breve intervalo civilizatório. Ali ao lado, em Pirenópolis, a água corre fria e a pedra ensina paciência. Não é má ideia: refrescar as ideias antes de aplicá-las. O Direito, afinal, não combina com febre.

Crise no Judiciário

Na última sexta, o ministro Edson Fachin reconheceu que o Judiciário brasileiro vive uma "crise que precisa ser enfrentada", em meio a menções ao suposto envolvimento de ministros da Corte no escândalo do Banco Master. Ele também manifestou discordância em relação ao relatório da CPI do Crime Organizado, que recomendou o indiciamento de integrantes do tribunal. ()

Caso Henry Borel

Na manhã de hoje, Monique Medeiros se entregou na 34ª DP de Bangu, na zona oeste do Rio, para cumprir prisão preventiva. Acusada pela morte do filho Henry Borel, na sexta, ministro Gilmar Mendes determinou o restabelecimento da prisão preventiva de Monique. Para o decano, a revogação da custódia por excesso de prazo desrespeitou decisões anteriores do STF. ()

Desaparecido em combate

O brasileiro Igor de Aguiar Amazonas, de 23 anos, foi dado como desaparecido em combate na Guerra da Ucrânia. Acadêmico das Arcadas, Igor viajou para o conflito em julho do ano passado. Ele também fazia parte do Nexo Governamental XI de Agosto, iniciativa de extensão e pesquisa que aproxima alunos de Direito da universidade do setor público. ()

Direto da Redação

Hoje, pela madrugada, deu-se um fato inusitado. Um grupo de insurretos (que agora não quer se apresentar, nem mesmo sob juramento), animado pelo sopro lânguido de um quase feriado, ensaiou discretamente o velho expediente de "enforçar Tira-dentes" (o feriado), como quem, por cansaço cívico, julgasse já ter produzido o suficiente para a República. Nosso amado Diretor, incansável e irredutível a indulgências, ainda que constem no calendário, tomou ciência do movimento. E, com a serenidade de quem já viu piores ardis tipográficos, decretou: haverá, sim, expediente. E não apenas trabalharão. Trabalharão dobrado. Como medida pedagógica, os revoltosos foram condenados a revisitar, uma a uma, as notas já publicadas na semana. Não para simples leitura, que seria branda demais, mas para corrigir vírgulas vadias, ideias mal alinhadas e, sobretudo, excessos de entusiasmo redacional. De modo que as rotativas aqui seguem girando.

Custódia de pets

Foi sancionada lei 15.392/26 que institui guarda compartilhada de animais em casos de divórcio, prevendo divisão de despesas e convivência. ()

Retenção excessiva

TJ/SP reduziu de 50% para 25% retenção em rescisão de contrato de multipropriedade, ao entender pela desproporcionalidade do percentual. ()

Descumprimento contratual

Juiz rescindiu contratos de multipropriedade de resort em Caldas Novas/GO após reconhecer falha na prestação do serviço, como cobranças indevidas, falta de suporte e dificuldade de uso. ()

Direito à saúde

Justiça Federal determinou a inclusão de paciente com linfoma agressivo no Sistema Nacional de Transplantes, com acesso ao Redome, mesmo sem previsão da doença na tabela do SUS. ()

Fiscalização com limites

TJ/SP proibiu vereador de filmar dentro de hospital sem autorização, fixando multa e destacando que o poder de fiscalização não permite invasão de áreas restritas nem violação da intimidade de pacientes. ()

Xenofobia

TJ/SC condenou homem por enviar mensagens em grupo de WhatsApp incentivando o boicote e a restrição de relações com nordestinos. ()

Golpe na família

Juiz condena neta que desviou R\$ 72 mil da avó para jogar no Tigrinho. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Reforço

Pinheiro Neto Advogados anuncia Lucas Sant'Anna como novo sócio. Ele chega ao escritório acompanhado por dois associados e pelo consultor José Alexandre Ferreira Sanches, que tem mais de 20 anos de atuação em Direito Público e Infraestrutura.

A equipe liderada por Lucas concentrará sua atuação em litígios perante o poder público, arbitragens envolvendo concessões e PPPs, assessoria regulatória e estruturação de projetos de infraestrutura, e será integrada às equipes do escritório que já desenvolvem essas atividades. ()

Comemoração

Escritório João Bosco Filho Advogados comemorou ontem 16 anos de atuação. ()

Baú migalheiro

Há 181 anos, em 20 de abril de 1845, nascia José Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Reconhecido como patrono da diplomacia brasileira, foi fundamental na consolidação das fronteiras do Brasil, já que solucionou à época quase todos os litígios fronteiriços do Brasil sem o uso da força.

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Já garantiu sua participação no sorteio da obra "Arquiteto da Cidadania" (Citadel Grupo Editorial, 176p.), escrita por Maurício Oliveira? A publicação retrata a trajetória de Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo (Dal Pozzo Advogados) e sua influência na estruturação do Ministério Público e na defesa de direitos fundamentais. ()

Novidade

O advogado tributarista Daniel Corrêa Szelbrackiowsk lança, no dia 6/5, em Brasília a obra "Constituição Tributária Comentada - Após a Reforma Tributária". A apresentação é do jurista Hamilton Dias de Souza, de Dias de Souza Adv-

gados Associados, e o prefácio de Fernando Facury Scaff. ()

Migalhíssimas

Dia 23, Edison Fernandes (FF Law) participa de encontro promovido pelo ISE Business School e pela CEU Law School, voltado a executivos das áreas jurídica, financeira e de negócios. Edison conduzirá a sessão a partir do caso "A Logística Fiscal da Bellezza Cosméticos S.A.", explorando como a Reforma Tributária impacta decisões estratégicas e exige o redesenho das estruturas empresariais. ()

No dia 24/4, às 9h, a presidente do IAB, Rita Cortez (AJS - Cortez & Advogados Associados) compõe a mesa de abertura do "2º Encontro Brasil/Japão - Ciclo de Seminários - Litigância e Cultura", promovido pela UFPR. Dia 15/4, a Comissão Especial de Advocacia Criminal da OAB/SP, que tem como presidente José Carlos Abissamra Filho (VAS Advogados - Vilutis Abissamra Suguimori), deu início oficial aos trabalhos de 2026 em reunião ordinária. O encontro estabeleceu as diretrizes para o ano, com foco na defesa intransigente das prerrogativas profissionais e a ampliação do acesso à Justiça. ()

Webinar

Dia 22, às 14h, a ClarkeModet Brasil promove o evento online "Convertendo investimento compulsório em P&D; em ativos estratégicos", que aborda o uso da **propriedade intelectual** como instrumento de retorno e diferenciação. ()

Educação continuada

Inscriva-se já no curso "Autorregulação", promovido pela FGV Direito Rio, com início em 11/5. O programa será realizado ao longo de três semanas, em formato presencial, com carga horária total de 9 horas. ()

Violência de gênero

Na sexta-feira, dia 24, às 10h, o IASP realiza o evento presencial e gratuito "Feminicídio". A iniciativa é organizada pelas Comissões de Direito das Mulheres e de Direitos Humanos da entidade e conta com a participação de Cecilia Mello, de Cecilia Mello Advogados. ()

Bom feriado!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AL/Piaçabuçu

BA/Guanambi

MA/Carolina

RS/Nova Petrópolis

SP/São Pedro do Turvo

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Ao Deus-dará"

Veja

"O Brasil Endividado"

IstoÉ

"Até o Papa, Trump?"

The New York Times - EUA

"Nuclear Fears Rise for Site Deep in Iranian Mountain"

The Washington Post - EUA

"American science is rapidly shrinking"

Corriere della Sera - Itália

"Braccio di ferro Trump-Iran"

Clarín - Argentina

"AFA: cierran cuentas de la novia de Tovigginio que movieron más de \$ 10.000 millones"

El País - Espanha

"Las víctimas de pederastia en la Iglesia superan las 3.000"

Público - Portugal

"Taxa de conclusão do secundário cai a pique e recua para níveis pré-covid"

Die Welt - Alemanha

"Trump kündigt neue Gespräche mit dem Iran an"

The Guardian - Inglaterra

"Commons showdown for Starmer over Mandelson vetting scandal"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Exportações têm recorde com demanda da Ásia por petróleo"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Motta e mais 6 deputados controlam R\$ 1,5 bi em emendas antes secretas"

O Globo - Rio de Janeiro

"Fluminense bate Santos na Vila, e Neymar é vaiado a um mês da convocação"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"O visitante espacial que deixou marcas em minas"

Correio Braziliense - Brasília

"Para correr e se divertir muito"

Zero Hora - Porto Alegre

"Novas previsões reforçam alerta para El Niño intenso e risco de enchentes no RS"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Nível de desconfiança no STF atinge patamar recorde"

Em visita a fábrica de cloro em SP, Alckmin destaca investimentos para modernizar indústria e reduzir emissão de poluentes



247 - O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, visitou nesta segunda-feira (20) a unidade da Unipar, em Cubatão, na Baixada Santista (SP), que passou por modernização concluída em dezembro de 2025. Segundo informações oficiais, a planta se tornou a maior produtora de cloro por membrana da América do Sul.

Durante a agenda, Alckmin destacou que o processo de atualização tecnológica permitiu reduzir a emissão de poluentes e eliminar o uso de substâncias contaminantes na produção. O investimento total da empresa superou R\$ 1 bilhão, com financiamento de R\$ 672,9 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de linhas voltadas à eficiência energética e à transição de baixo carbono. Continue lendo no Brasil 247

O presidente em exercício afirmou que a substituição do mercúrio por membranas na eletrólise contribui para tornar a indústria mais sustentável.

"Uma indústria verde e sustentável, diminuindo a emissão de CO₂", disse. Ele também ressaltou a importância da competitividade no setor químico e petroquímico.

A modernização da unidade deve evitar a emissão de cerca de 70 mil toneladas de gás carbônico por ano. Além disso, a expectativa é de redução de aproximadamente 40% no consumo de energia elétrica. Programa industrial

Alckmin mencionou ainda medidas do governo voltadas ao setor industrial, como o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (PRE-SIQ), aprovado pelo Senado em dezembro. Segundo ele, a iniciativa prevê, para este ano, R\$ 3,1 bilhões em incentivos, incluindo crédito tributário e redução de tributos sobre insumos. "R\$ 1 bilhão de crédito para novos investimentos no Brasil", afirmou.

O programa também projeta, para os próximos cinco anos, investimentos de R\$ 15 bilhões na indústria. O presidente em exercício citou outras ações para modernização do parque industrial, como a depreciação acelerada de máquinas, ampliação do crédito e redução do tempo de **registro de patentes**. Segundo ele, o prazo médio no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** caiu de sete anos para três anos e meio, com meta de chegar a dois anos.

Tags: Geraldo Alckmin, São Paulo, Indústria, Fábrica de cloro

Leia as últimas notícias do 247

Justiça nega liminar em disputa pela marca do jogo Aviator



O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) negou o pedido de agravo de instrumento da empresa estoniana Spribe Oü para a suspensão do uso da marca Aviator e dos elementos visuais do jogo de mesmo nome no Brasil. Ela afirma ser dona dos registros e acusa a Foggo Entertainment, operadora da plataforma blaze.bet.bt, e a Aviator Studio Brazil de uso indevido.

A decisão do desembargador Ricardo José Negrão Nogueira manteve a posição do juiz de primeiro grau. Ele havia deliberado que o tema tem de ser analisado de forma mais aprofundada e colegiada pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial.

Aviator é um jogo de apostas online. Nele, o jogador deve retirar o dinheiro antes que um avião animado saia da tela. O multiplicador do valor apostado aumenta enquanto o avião está visível. É uma ferramenta popular em plataformas de apostas esportivas e cassinos digitais no país.

A Spribe Oü diz ser a dona dos direitos sobre o jogo e ter a propriedade da **patente** no **INPI** (Instituto Nacional da **Propriedade Intelectual**). A companhia pediu que a Justiça obrigasse a Foggo e a Aviator Studio a cessar o uso de forma imediata, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil.

A Foggo informou no processo operar o jogo no Brasil com a licença da Aviator LLC, empresa do mesmo grupo da Aviator Studio Brazil e que seria a verdadeira desenvolvedora. Ela afirma que a empresa estoniana omitiu na petição inicial fatos essenciais, o que seria má-fé processual.

O principal deles é uma disputa idêntica já encerrada na Geórgia, país do leste europeu. A Spribe Oü teria sido derrotada em todas as instâncias e condenada a pagar cerca de US\$ 330 milhões.

Os réus também afirmam que 11 dias antes do ajuizamento da ação no Brasil, em dezembro de 2025, foi contestada no **INPI** a validade do registro da Spribe para a marca Aviator.

Na primeira decisão, que negou medida cautelar, o TJ-SP considerou que a existência do pedido de cancelamento do registro e a decisão na Geórgia criam uma controvérsia para impedir a liminar.

Para o magistrado, a marca Aviator também remete a palavras como "aviador", usadas em jogos de avião. Desta forma, a proteção poderia ser mais limitada. Pela legislação brasileira, expressões de uso corrente não podem ser monopolizadas. Também considerou que um prejuízo causado à Spribe pode ser reparado com uma indenização monetária ao final do processo.

Números revelam caminhos do registro de marca no INPI

Em 2021, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** recebeu 389.613 pedidos de registro de marca

Opinião Marcas, oposições e recursos: o que os números revelam sobre o **INPI**

Em 2021, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** recebeu 389.613 pedidos de registro de marca. Desse total, 354.773 pedidos depositados por residentes superaram o exame formal e foram publicados para que terceiros pudessem apresentar oposição. É sobre esse universo que os dados a seguir se debruçam.

Dentro desse recorte, 27,4% dos pedidos - 97.050 processos - foram indeferidos no exame de mérito. Quase uma em cada quatro marcas não passou pela análise do **INPI**.

Quando se separa esse universo em dois grupos, pedidos que receberam oposição de terceiros e pedidos que seguiram sem contestação, os números contam histórias bem diferentes.

Oposição muda o jogo

Dos 34.826 processos que sofreram oposição, 57% foram indeferidos no exame de mérito.

Entre os pedidos que não receberam oposição, esse percentual cai para 24,1%.

Sofrer uma oposição mais que dobra o risco de indeferimento. A razão entre as duas taxas é de 2,3 vezes.

A correlação não implica, necessariamente, causalidade. Uma leitura possível é que oposições tendem a ser interpostas justamente contra pedidos que já apresentam algum grau de conflito com marcas anteriores. Outra é que a oposição, ao consolidar argumentos contrários ao registro de forma organizada, influencia o processo decisório. Provavelmente os dois fatores atuam em conjunto.

O que os dados mostram com clareza é o resultado: a presença de uma oposição está fortemente associada ao indeferimento no exame de mérito.

O que acontece quando o titular recorre

Após a decisão do exame de mérito, o titular de um pedido indeferido pode interpor recurso. Nem todos os indeferidos recorrem. Os números abaixo se referem aos processos que tiveram recurso apresentado em prazo tempestivo.

Spacca

Nos processos indeferidos sem oposição prévia, a taxa de reversão foi de 39,6%. De 26.937 recursos analisados nesta categoria, 10.666 foram providos. Quase quatro em cada dez indeferimentos foram revertidos na segunda instância.

Nos processos indeferidos com oposição, o cenário muda. Dos 5.715 recursos julgados nessa categoria, 1.532 foram providos - uma taxa de reversão de 26,8%. Pouco mais de dois a cada dez recursos obtiveram êxito quando havia um oponente no processo.

A diferença é de 13 pontos percentuais na probabilidade de reversão, a depender de como o processo chegou ao recurso.

O que os dados não dizem

É importante delimitar o alcance dessas observações.

O estudo parte dos pedidos publicados para oposição em 2021 - ou seja, aqueles que já superaram o exame formal. Pedidos arquivados por irregularidades antes da publicação não integram a base. A escolha do ano de 2021 não é arbitrária: ela funciona como um recorte metodológico que permite analisar um conjunto de processos cujas decisões do exame de mérito e análises de recursos se distribuíram ao longo dos anos, oferecendo um ciclo mais completo de análise.

Para situar o leitor no tempo: em 2026, o **INPI** examina pedidos depositados em 2023 que sofreram oposição e parte dos pedidos de 2024. No plano recursal, os recursos de pedidos com oposição depositados no final de 2022 estão sendo analisados agora, assim como os recursos de pedidos sem oposição do primeiro trimestre de 2023. O funil de 2021, portanto, já percorreu seu ciclo, o

que torna os dados mais estáveis para fins de análise.

Por fim, não é possível, a partir desses números, isolar a influência da oposição de outras variáveis que podem explicar parte da diferença observada - como a natureza dos pedidos, as classes envolvidas ou o grau de similaridade com marcas anteriores. Os dados descrevem um padrão. A interpretação de suas causas exige cautela.

Reversibilidade limitada

A taxa de reversão de 26,8% nos processos com oposição evidencia que as decisões de primeira instância, quando precedidas de contraditório, apresentam considerável resistência na fase recursal. Em aproximadamente 73% dos casos, o recurso não foi suficiente para alterar a decisão.

Esse padrão sugere que o histórico administrativo do pedido, em especial a existência de uma oposição, precede e condiciona as chances do titular no

recurso. O recurso, nesses casos, opera em terreno já delimitado pela densidade do exame inicial.

A visualização desse funil demonstra uma base empírica para substituir o otimismo intuitivo pela estatística. Não se trata de afirmar que o recurso não seja útil. Trata-se, antes, de reconhecer que a eficácia do sistema se concentra nas fases que antecedem a decisão de indeferimento, e que o remédio recursal, embora disponível, tem alcance restrito quando o contraditório já foi exercido.

João Pedro Dias VidalÉ Advogado E Membro Do Grupo De Estudos Em Direitos Autoral E Industrial

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	1,2,7,8,9,10
Patentes	7,8
Propriedade Industrial	1,2,7,9,10
Propriedade Intelectual	3,4,5,6,8